

Índice

CAPÍTULO 1

NOÇÕES PRELIMINARES

1. O litígio.....	17
2. Formas compositivas do litígio	22
3. O monopólio da administração da justiça. O processo	23
4. O processo absorveu as demais formas compositivas do litígio?...	26
5. O <i>jus puniendi</i>	27
6. O processo como complexo de atos e como relação jurídica.....	35
7. O Processo Civil e o Processo Penal	38
8. Unidade ou dualidade do Direito Processual?	39
9. Conceito de Direito Processual Penal	47
10. Autonomia do Direito Processual Penal	47
11. Instrumentalidade do Direito Processual	48
12. Nomenclatura.....	50
13. Finalidade	50
14. Posição no quadro geral do Direito.....	51
15. Relação do Direito Processual Penal com outros ramos do Direito e ciências auxiliares.....	52
16. Princípios que regem o Processo Penal.....	58
17. Verdade real	58
18. O princípio da imparcialidade do Juiz	63
19. Princípio do Juiz natural	65

20. Princípio da igualdade das partes.....	66
21. Princípio da paridade de armas.....	66
22. O princípio da persuasão racional ou do livre convencimento.....	67
23. Princípio da publicidade.....	68
24. Princípio do contraditório.....	72
25. Princípio da iniciativa das partes.....	77
26. <i>Ne eat iudex ultra petita partium</i>	79
27. Identidade física do Juiz.....	82
28. Princípio do devido processo legal.....	84
29. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos...	85
30. Princípio da presunção de inocência.....	89
31. Princípio do <i>favor rei</i>	95
32. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	97

CAPÍTULO 2

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO PROCESSO PENAL

1. O Processo Penal na Grécia.....	101
2. O Processo Penal em Roma.....	102
3. O Processo Penal entre os germânicos.....	106
4. O Processo Penal canônico.....	107
5. O sistema inquisitivo nas legislações laicas.....	107
6. As inovações após a Revolução Francesa.....	111
7. Tipos de Processo Penal.....	113
8. Direito pátrio.....	118

CAPÍTULO 3

EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO

1. <i>Vacatio legis</i>	121
2. Ab-rogação. Derrogação. Ab-rogação expressa e tácita.....	122
3. Princípio da retroatividade.....	122
4. Princípio da irretroatividade. Ultra-atividade.....	124
5. Eficácia da lei penal no tempo.....	125
6. Eficácia da lei processual penal no tempo.....	136

CAPÍTULO 4
**EFICÁCIA DA LEI
PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO**

1. Eficácia da lei penal no espaço.....	149
2. O princípio da territorialidade. O da nacionalidade. O da proteção. O da Justiça Penal universal	150
3. Lugar do crime.....	159
4. Tempo do crime	166
5. Lei processual penal no espaço.....	167
6. Ressalvas	172

CAPÍTULO 5
INTERPRETAÇÃO

1. Noções	193
2. Interpretação autêntica	194
3. Interpretação doutrinal	194
4. Interpretação judicial	195
5. Interpretação gramatical	195
6. Interpretação lógica	196
7. Interpretação sistemática.....	197
8. Interpretação histórica	197
9. Interpretação extensiva e restritiva.....	197
10. Interpretação progressiva	199
11. Interpretação analógica	200
12. Analogia	201

CAPÍTULO 6
FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Sentido da palavra “fonte”	207
2. As fontes formais e substanciais.....	207
3. Classificação das fontes formais.....	208
4. Modalidades das fontes diretas	208

5. Fontes orgânicas	210
6. Fontes indiretas	210
7. Fontes secundárias	212
8. Inovações	215

CAPÍTULO 7

§ 1º — DA PERSECUÇÃO

1. Da investigação preparatória	223
2. Polícia	226
3. Divisão	226
4. Polícia de Segurança	227
5. Polícia Civil	227
6. Do inquérito policial	228
7. Finalidade do inquérito	230
8. Inquéritos extrapoliciais	231
9. Competência	234
10. O inquérito é indispensável?	239
11. Natureza do inquérito	242
12. Incomunicabilidade	251

§ 2º — DA PERSECUÇÃO

1. <i>Notitia criminis</i>	253
2. Início do inquérito	254
3. Instauração “de ofício”	255
3-A. Indiciamento	257
4. Instauração por meio de requisição	258
5. Instauração por meio de requerimento	259
6. Conteúdo do requerimento	260
7. A Autoridade Policial tem o dever de instaurar inquérito?	261
8. Pode a Autoridade Policial indeferir requisição do Ministério Público? E o requerimento do ofendido?	262
9. Providência que o ofendido pode tomar	264
10. <i>A delatio criminis</i>	265

11. Inquérito policial nos crimes de ação penal pública condicionada..	268
12. A hipótese de requisição do Ministro da Justiça.....	274

§ 3º — DA PERSECUÇÃO

1. O inquérito policial nos crimes de ação privada	276
2. A mulher casada e o direito de queixa.....	277
3. Prazo para requerer a instauração de inquérito	277
4. Conteúdo do requerimento.....	278

§ 4º — DA PERSECUÇÃO

1. Diligências	280
2. Apreensão de objetos e instrumentos do crime.....	283
3. Da busca e apreensão.....	284
4. Da ouvida do ofendido.....	286
5. Da ouvida do indiciado.....	287
6. Do reconhecimento	290
7. Das acareações.....	292
8. Dos exames periciais	293
9. Reprodução simulada.....	297
10. A identificação.....	298
11. Tipos e subtipos	306
12. Pode o indiciado recusar-se a ser identificado?	308
13. Folha de antecedentes	310

§ 5º — DA PERSECUÇÃO

1. Prisão em flagrante	312
2. O curador no auto de prisão em flagrante.....	315
3. Conclusão do inquérito	315
4. Indiciado menor	320
5. Relatório	323
6. Arquivamento	324
7. Controle externo da atividade policial	326
8. Juizado de Instrução ou Inquérito Policial?	327
9. Pode o Ministério Público investigar?	335

CAPÍTULO 8

§ 1º — DA AÇÃO

1. Noções gerais.....	345
2. Fundamento do direito de ação e base constitucional	348
3. Ação penal	350
4. Fundamento constitucional da ação penal	352
5. Natureza jurídica do direito de ação	353
6. Windscheid e Muther	355
7. Adolph Wach e a autonomia do direito de ação	357
8. Plösz e Degenkolb	358
9. A teoria do direito potestativo	359
10. O conceito de direito de ação	361
11. O direito de ação no plano estritamente processual	362
12. O conceito de ação penal	366

§ 2º — DA AÇÃO PENAL

1. Enquadramento da ação penal no sistema legal normativo	369
2. A influência do Código de Instrução Criminal da França.....	370
3. A orientação do legislador pátrio de 1890	370
4. A orientação nos trabalhos legislativos de 1940	370
5. A opinião de Jorge A. Romeiro e de Vicente de Azevedo.....	370
6. Críticas de Frederico Marques	371
7. Normas penais e processuais	371
8. Classificação da ação penal	372
9. Classificação subjetiva.....	378
10. Razão de ser da divisão da ação penal e da subdivisão da ação penal pública.....	379
11. Subdivisão da ação penal pública	383
12. Ação penal pública incondicionada	385
13. Classificação quanto à pretensão	397

§ 3º — DA AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA

1. Ação penal pública condicionada	398
2. Ação penal pública condicionada à representação	398

3. Razão de ser.....	399
4. Crítica	401
5. Crimes cuja ação penal depende de representação.....	402
6. Natureza jurídica da representação	403

§ 4º — DA AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA

1. Ação penal pública condicionada	411
2. Representação	412
3. A quem é dirigida a representação?.....	413
4. Quem pode fazer a representação?.....	415
5. O ofendido incapaz e sem representante legal	415
6. Natureza jurídica do curador especial.....	416
7. Cessaçãõ da atividade do curador	416
8. Morte do ofendido	417
9. Retratação	419
10. É possível a retratação depois do oferecimento da denúncia?	420
11. É possível a retratação da retratação?	421
12. A pessoa que faz a representação é obrigada a definir juridicamente o fato?.....	423
13. Eficácia objetiva	424
14. Prazo para a representação.....	425
15. É possível a representação se o representante legal veio a saber quem foi o autor do crime quando a ofendida, que já o sabia, estava com mais de 18 anos e 6 meses?	428
16. Prazo para a representação na hipótese do § 1º do art. 24 do CPP ..	429
17. Prazo para a representação nos crimes de imprensa	429
18. Como provar que o titular do direito de representação soube quem foi o autor do crime nesta ou naquela data?	430
19. Como se conta o prazo para a representação?	430
20. Ação penal nos crimes contra a liberdade sexual	434
21. Crimes contra a honra cometidos contra funcionário público em razão da função	447
22. A representação nos crimes tributários	451
23. Requisição do Ministro da Justiça	456
24. Ação penal no crime complexo.....	463

§ 5º — INÍCIO DA AÇÃO PENAL PÚBLICA

1. Como se inicia a ação penal pública condicionada ou incondicionada?.....	465
2. Instante inicial da ação penal pública	466
3. Conteúdo da denúncia.....	467
4. Prazo para o oferecimento da denúncia	479
5. Não oferecimento da denúncia no prazo legal. Consequências.....	484
6. Devolução do inquérito.....	485
7. Extinção da punibilidade	488
8. Guarda em cartório	488
9. Inviabilidade da relação processual	489
10. Arquivamento do inquérito	489

§ 6º — DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1. Noções gerais.....	515
2. Distinção entre ação penal pública e ação penal privada	516
3. Críticas à ação penal privada	517
4. Os crimes de ação penal privada no Código atual	521
5. Princípios.....	522
6. Quem pode promovê-la?.....	526
7. A mulher casada pode exercer o direito de queixa?.....	528
8. Pessoas jurídicas	530
9. Prazo.....	534
10. O prazo na hipótese do art. 31	536
11. Contagem do prazo	538
12. Divisão da ação penal privada	539
13. A morte do cônjuge ofendido na ação penal privada personalíssima	540
14. O ofendido incapaz e o direito de queixa na ação penal privada personalíssima.....	540
15. Despesas judiciais.....	543

§ 7º — OUTROS TIPOS DE AÇÃO PENAL

1. Ação penal privada subsidiária da pública.....	548
2. Quando ocorre	549

3. É inovação do CPP de 1942?.....	550
4. Prazo para oferecimento da queixa.....	551
5. Requerido o arquivamento dos autos do inquérito, poderá, ainda assim, o ofendido oferecer queixa substitutiva da denúncia?.....	554
6. Ação penal nos crimes falimentares.....	558
7. Ação penal popular.....	558
8. Ação penal <i>ex officio</i>	575
9. Outras modalidades de ação penal.....	582

§ 8º — INÍCIO DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1. Como se inicia a ação penal privada?.....	585
2. Ouvida do órgão do Ministério Público.....	586
3. A queixa poderá ser oferecida pelo próprio ofendido?.....	587
4. Prazo.....	590
5. Devolução do inquérito.....	591
6. Arquivamento.....	591

§ 9º — CONDIÇÕES DA AÇÃO

1. Introdução.....	592
2. O policiamento do exercício do direito de ação.....	592
3. As condições da ação.....	594
4. As condições da ação no Processo Penal.....	597
5. As atuais condições genéricas.....	598
6. As condições específicas.....	606

§ 10 — REJEIÇÃO DA DENÚNCIA OU QUEIXA

1. Rejeição da peça acusatória.....	613
2. Aspecto formal da denúncia ou queixa. Inépcia.....	613

CAPÍTULO 9

§ 1º — DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. A rejeição da denúncia ou queixa e a extinção da punibilidade	621
2. Que se entende por extinção da punibilidade?.....	621

3. As causas extintivas da punibilidade.....	622
4. O art. 107 do CP esgota todas as causas extintivas da punibilidade?.....	623
5. Morte do agente	624
6. Anistia, graça e indulto.....	632
7. Anistia.....	633
8. Graça e indulto	638
9. <i>Abolitio criminis</i>	644
10. Prescrição, decadência e perempção	644
11. Prescrição	645
12. Prescrição retroativa.....	659
13. Decadência.....	666

§ 2º — DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. Conceito de renúncia	671
2. Renúncia expressa e renúncia tácita	672
3. Extensão	676
4. Perdão.....	677
5. Divisão.....	678
6. Quem pode conceder o perdão?.....	679
7. Aceitação do perdão	681
8. Aceitação processual e extraprocessual	682
9. Extensão do perdão.....	683
10. Perdão e renúncia.....	683
11. Perempção	684
12. Quais as causas que determinam a perempção?.....	685
13. Perempção, renúncia e perdão	692
14. Retratação	693
15. <i>Subsequens matrimonium</i>	699
16. O perdão judicial, nos casos previstos em lei	699
17. O pagamento do tributo no crime de sonegação fiscal.....	702
 BIBLIOGRAFIA	 707